



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 353/14/IE

PROCESSO: 1.668/2008
INTERESSADO: ICIPAR Empreendimentos Imobiliários Ltda.
ASSUNTO: Complexo Empresarial Andaraguá
MUNICÍPIO: Praia Grande

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de súmula do Parecer Técnico 353/14/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, visando subsidiar o licenciamento ambiental do Complexo Empresarial Andaraguá, a ser implantado em área de cerca de 678 ha, no município de Praia Grande, com base em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se de implantação de aeródromo e de parcelamento do solo para instalação de galpões para empresas de diversos segmentos em área total de cerca de 678 ha, localizada em zona urbana, ZUD 1 - Zona de Usos Diversificados e ZT - Zona de Transição, conforme lei de ordenamento do uso, da ocupação e do parcelamento do solo do município de Praia Grande.

É prevista a urbanização de cerca de 222ha da área total da gleba e preservação de cerca de 456ha como área verde externa à área urbanizada. São previstos 219 galpões industriais e de logística, aeródromo e 25 hangares que ocuparão cerca de 149ha (67% da área urbanizada). As áreas institucionais ocuparão 11ha (5%), o sistema viário 26ha (12%) e as áreas verdes internas 27ha (12%).

A população empregada estimada é de até 15.000 pessoas na ocupação plena do empreendimento. A infraestrutura do empreendimento será implantada em aproximadamente 8 anos, com custo total de implantação estimado em R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais).

3. COMPATIBILIDADE COM AS LEGISLAÇÕES

Em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, foram apresentadas as Certidões de Uso e Ocupação do Solo e manifestações da Prefeitura Municipal de Praia Grande, que atestam a compatibilidade do empreendimento com as legislações municipais.

Com relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, o parcelamento do solo proposto é compatível com a legislação incidente. Ressalta-se que o empreendimento está previsto no "Planejamento Ambiental Estratégico das Atividades Portuárias, Industriais, Navais e Offshore" para o Litoral Paulista (PINO/2009), elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ambientais previstos nas fases de implantação e operação do empreendimento e as respectivas medidas mitigadoras são apresentados a seguir:

Geração de expectativas na população – Na Audiência Pública, realizada em 06/12/12, foram identificadas preocupações relativas à capacitação e contratação de mão de obra local, desmobilização da mão de obra, aumento do tráfego na região, operação do aeródromo, remoção da população carcerária do Centro de Detenção Provisória, e medidas para evitar a favelização do entorno. Para mitigar as expectativas da população com relação aos potenciais impactos do empreendimento e informar a população sobre as medidas ambientais a serem adotadas, o empreendedor propôs a realização de um Programa de Comunicação Social, que deverá ser detalhado por ocasião da solicitação da Licença de Instalação – LI.

Relocação de População - Existem cerca de quarenta e cinco moradias de baixa renda dentro do perímetro da gleba. A remoção dessas famílias deverá ocorrer de forma adequada evitando a ocupação de áreas impróprias ou áreas de proteção ambiental na região. Dessa forma, deverá ser apresentado, para a obtenção de LI, um Programa de Relocação da População que inclua a realização do cadastro de todas as famílias residentes na gleba, os procedimentos detalhados envolvidos para sua remoção, indicação de eventuais áreas de relocação temporária, inclusão em programas de habitação do município, formalizando medidas e acordos para sua execução.

Poluição e incômodos gerados durante as obras – Tratam-se de impactos decorrentes da instalação e operação do canteiro de obras, supressão de vegetação, preparo do terreno (troca de solo e aterro), execução da infraestrutura (redes de drenagem de águas pluviais, de abastecimento de água e de coleta de esgotos e a pavimentação das vias internas), circulação de veículos pesados e geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos no canteiro e frentes de obra. Para minimizar os impactos gerados durante as obras, por ocasião da solicitação da LI, deverá ser apresentado um Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO) prevendo medidas de controle para gerenciamento dos efluentes sanitários, resíduos sólidos urbanos e da construção civil, treinamento de funcionários, controle de tráfego, etc.

Desenvolvimento de processos erosivos, recalques e assoreamento das drenagens - As atividades de supressão de vegetação e as obras de execução de aterros poderão desencadear processos erosivos e consequente assoreamento de áreas naturais e drenagens adjacentes. Para minimizar tais impactos será implementado, no âmbito do PCAO, um Subprograma de Controle de Erosão e Assoreamento, que deverá prever a otimização das obras para minimizar o período de exposição das áreas, implantação de sistemas provisórios e definitivos de drenagem, barreiras de contenção para proteção das APPs, dispositivos de proteção das áreas de bota-espera. Também deverá ser apresentado um Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Águas Superficiais.

Intervenções em eventuais áreas contaminadas - Foi apresentado um Relatório de Avaliação Preliminar de Áreas Contaminadas da área do empreendimento. Como áreas potenciais de enfoque, foram consideradas pelo interessado 5 áreas: AS01 – área ocupada pelo Centro de Detenção Provisória de Praia Grande; AS02 – área envoltória da Subestação de Energia da CPFL; AS03 e AS04 – associadas a áreas de disposição de resíduos sólidos da construção civil; AS05 – área limítrofe do aterro de inertes de propriedade da Concrepan e de ocupações irregulares instaladas na ADA do empreendimento. Para a solicitação da LI deverá ser apresentado um Estudo de Investigação Confirmatória nessas áreas.

Impactos da impermeabilização do solo – A implantação do empreendimento implicará na impermeabilização de uma área de cerca de 195 ha e a manutenção de cerca de 27 ha de áreas permeáveis na área a ser urbanizada, além da manutenção de área verde no restante da gleba. Para minimizar potenciais impactos e visando conduzir os volumes de escoamento superficial a jusante, o projeto de drenagem de águas pluviais prevê a implantação de 3 bacias de retenção. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentado o detalhamento do projeto de drenagem aprovado pela municipalidade, além de proposta de sistema de aproveitamento de águas pluviais para uso direto não potável.

Perda de cobertura vegetal e intervenções em Áreas de Preservação Permanente – A cobertura vegetal nativa da gleba caracteriza-se por um mosaico de formações de vegetação do Bioma Mata Atlântica, em diferentes estágios sucessionais. Para implantação do empreendimento serão suprimidos cerca de 190 ha de vegetação nativa, o que representa cerca de 29,79% do total existente na propriedade, atendendo ao permitido na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/06) e Resolução SMA 31/09; e será preservado o mínimo de 70% como área verde em um único bloco, além da compensação com área de igual tamanho à de supressão vegetal. Como medidas mitigadoras e de compensação florestal, para a obtenção da LI do empreendimento deverão ser detalhados os programas: de Controle da Supressão Vegetal, de Compensação Florestal à supressão vegetal, de Monitoramento da Flora, de Reposição Florestal, de Salvamento de Germoplasma e de Incentivo à Pesquisa Científica. Também para a obtenção da LI deverá ser comprovada a averbação das áreas verdes.

Impactos sobre comunidades faunísticas – No levantamento realizado na gleba do empreendimento foram identificadas 91 espécies da fauna silvestre, sendo 16 espécies da mastofauna, 20 da herpetofauna e 55 espécies da avifauna. Como medidas de mitigação à fauna, serão implementados os Programas de Resgate de Fauna e de Monitoramento de Fauna antes, durante e após a supressão de vegetação, além dos Programas de Compensação Florestal à supressão vegetal e de Reposição Florestal, e da manutenção de 70% da cobertura vegetal nativa.

Interferências em áreas protegidas – A área de intervenção se localiza a cerca de 1,5 km do Parque Estadual da Serra do Mar, inserindo-se em sua Zona de Amortecimento, sendo que a vegetação a ser preservada na gleba encontra-se limítrofe ao Parque Estadual Serra do Mar. O Parque Municipal do Piaçabuçu, criado com o propósito de garantir a proteção dos mangues situados no município de Praia Grande, localiza-se a aproximadamente 1,5 km da área de intervenção. A Fundação Florestal e Prefeitura Municipal manifestaram-se favoráveis ao projeto.

Aumento da demanda por saneamento ambiental – A estimativa de demanda de água para abastecimento do empreendimento em sua ocupação máxima é 15,62 L/s, a ser fornecido pela SABESP. Os efluentes líquidos do empreendimento poderão ser interligados às futuras obras de adequação da SABESP em área adjacente, para adequado tratamento e disposição na Estação de Pré Condicionamento existente no Bairro Caiçara, ou caso as obras de adequação do sistema público não sejam compatíveis com o cronograma do empreendimento, o interessado deverá prever sistema próprio de tratamento, cuja aprovação se dará por ocasião da LI. Também deverá ser apresentado projeto de sistema para reuso de água e aproveitamento de águas pluviais. Para a fase de operação do empreendimento deverá ser implementado um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.

Geração de empregos e atração de mão de obra - As atividades de implantação previstas ao longo de oito anos gerarão cerca de 1.050 empregos diretos. Durante a operação são esperadas até 15 mil vagas. Visando evitar impactos causados pela atração de mão de obra de outras regiões e potencializar o impacto positivo do empreendimento, foi solicitada a apresentação de um Programa de Contratação, Desmobilização e Capacitação de Mão de Obra Local a ser realizado em parceria com instituições de ensino e formação profissional da região. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Habitacional para a mão de obra eventualmente atraída para a região, conforme preconiza a Resolução SMA 68/09.

Aumento da demanda por serviços públicos – De acordo com o EIA, a demanda pela utilização de equipamentos públicos não será significativa, considerando a priorização de contratação de funcionários residentes na região. Para a LI, deverá ser apresentado um Programa de Gestão e Parceria junto ao Poder Público.

Presença de Comunidades Indígenas na área de influência direta – A cerca de 1 km do empreendimento encontra-se a Aldeia Tekoá Mirim, com 75 residentes, em área não demarcada pela FUNAI como terra indígena. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentada manifestação da FUNAI quanto à proximidade do empreendimento à aldeia e situação da eventual demarcação das terras ocupadas por essa comunidade.

Aumento do tráfego nas vias de acesso ao empreendimento – São estimados 4 mil veículos/dia durante a operação do empreendimento, cujo acesso se dará pela Avenida Marginal da Rodovia SP 55, que será asfaltada pelo empreendedor. A concessionária ECOVIAS declarou não se opor à instalação do empreendimento, uma vez que o volume de tráfego não resultará em níveis de serviço da rodovia inadequados. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentado um Programa de Tráfego e Transportes em parceria com a Prefeitura Municipal e concessionária contemplando as melhorias nos acessos e retorno, instalação de sinalização, entre outros, além de avaliação da compatibilidade entre os cronogramas das obras previstas no sistema viário das imediações e a operação do empreendimento.

Interferências em sítios arqueológicos - O Diagnóstico Arqueológico não interventivo da área do empreendimento identificou três ocorrências arqueológicas revelando indícios de ocupações passadas. O IPHAN se manifestou favoravelmente à emissão da Licença Ambiental Prévia para o empreendimento, condicionando a Licença de Instalação à execução de um Programa de

Prospecções Arqueológicas realizado no âmbito de um Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, em que se contemple um Programa de Educação Patrimonial.

Riscos associados ao armazenamento e transporte de produtos tóxicos ou inflamáveis - A manipulação e armazenamento de produtos tóxicos ou inflamáveis pelo aeródromo e indústrias serão realizados em áreas impermeabilizadas e com uso de tanques aéreos. Foi exigida a implementação dos Programas de Gerenciamento de Risco - PGR e Plano de Ação de Emergência – PAE, além de um Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentado o detalhamento das ações relacionadas ao armazenamento e movimentação de combustíveis.

Ruído e qualidade do ar – As fontes de ruído e emissões atmosféricas previstas incluem tráfego aeronáutico e rodoviário, além de galpões industriais e de logística que irão se instalar no local. Como medidas mitigadoras estão previstas a regulamentação do horário de pousos e decolagens, a implementação dos Programas de Controle e Monitoramento de Ruído e de Qualidade do Ar e a gestão junto aos poderes municipais para fiscalizar a ocupação irregular da área vizinha ao aeródromo. Para a LI, deverá ser comprovada a relocação do Centro de Detenção Provisória de Praia Grande para área externa ao empreendimento.

Segurança aeroportuária – Com a operação do aeródromo, que obteve autorização prévia da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estão previstas cerca de 12 operações de pouso e decolagem por dia. Visando a segurança aeroportuária está prevista a implementação do Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo, Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, Programa de Prevenção e Controle do Perigo Aviário. Para a solicitação da LO deverá ser apresentada manifestação da ANAC quanto ao Plano de Emergência Aeroportuária, término das obras e inscrição no cadastro de aeródromos.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA condicionantes à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Com base na análise do EIA/RIMA e complementações e demais documentos constantes do Processo 1.668/08, a equipe técnica do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos conclui que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 353/14/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental do Complexo Empresarial Andaraguá, no município de Praia Grande.

São Paulo, 03 de outubro de 2014.

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental